

Por um Plano Estadual de Educação do Paraná de Respeito Universal

Manifesto à Assembleia Legislativa do Paraná

Alguns deputados estaduais querem retirar do Plano Estadual de Educação todos os itens que tratam da Diversidade: mulheres, população negra, indígena, quilombola, povos do campo e da água, as pessoas LGBT e demais setores da sociedade. Não podemos aceitar estes cortes, pois o Plano deve respeitar os princípios da Constituição Brasileira e da LDB e representar de fato as reivindicações e necessidades de toda população, garantindo um pleno exercício da cidadania para todos e todas.

Tanto em âmbito nacional como estadual, há graves problemas de discriminação e violência que atingem estes segmentos da população ferindo e matando muitos e muitas, impedindo que cidadãos e cidadãs exerçam seus plenos direitos. Várias pesquisas demonstram como a violência tem aumentado contra essas pessoas (ver verso). A chave para reverter esse quadro desolador é a educação. Atitudes preconceituosas e discriminatórias milenares e culturalmente arraigadas que resultam em morte e violência podem e devem ser combatidas na escola, por meio de uma educação para o respeito à diversidade humana. Uma educação que liberte as crianças e os jovens de fundamentalismos que beiram a irracionalidade.

É imprescindível que a Assembleia Legislativa ouça todos os setores interessados da sociedade; não apenas aquelas vozes mais vociferantes e que porventura representem suas bases eleitorais. É preciso ouvir o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, as Universidades, os movimentos de direitos humanos, e, sobretudo, os movimentos sociais que representam as mulheres, a população negra, indígena, quilombola, cigana e outras raças e etnias, os povos do campo e da água, as pessoas LGBT e os demais setores da sociedade que se sintam inseridos neste debate.

Não podemos deixar que o Plano Estadual de Educação seja desfigurado por deputados conservadores e que só se preocupam com demagogia fundamentalista.



Alguns dados da violência

- Segundo o *Relatório Final da Comissão de Inquérito Parlamentar Mista sobre Violência contra a Mulher* (2013), em 2010 o Paraná estava em 3º lugar entre os Estados em feminicídios (taxa de 6,3 homicídios por 100 mil mulheres, N=338).
- Curitiba é a 4ª capital mais violenta do País, com 10,4 homicídios a cada 100 mil mulheres.
- Conforme o estudo *Homicídios e Juventude no Brasil*, do Mapa da Violência 2013, baseado em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, 71,4% das 49,3 mil vítimas de homicídios no Brasil em 2011 eram negras (35,2 mil assassinatos);
- O *“Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012”*, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, revela que naquele ano houve 9.982 denúncias de violações dos direitos humanos de pessoas LGBT, bem como pelo menos 310 homicídios de LGBT no país. Segundo o mesmo Relatório, no mesmo ano no Paraná houve 370 violações de direitos e 15 homicídios de pessoas LGBT.
- A pesquisa *“Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar”* (2009), da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas / MEC/Inep, em uma amostra nacional de 18,5 mil estudantes, pais e mães, diretores(as), professores(as) e funcionários(as), revelou que as atitudes discriminatórias mais elevadas se relacionam a gênero (38,2%); orientação sexual (26,1%); étnico-racial (22,9%); e territorial (20,6%).

Ideologia de Gênero – o que significa exatamente isto?

Algumas pessoas falam que o Plano Estadual de Educação deve tirar os temas das Diversidades para não disseminar uma Ideologia de Gênero. Dizem que a ideologia de gênero é uma tentativa de afirmar que não existe uma identidade biológica em relação à sexualidade, que as pessoas quando nascem não são homem nem mulher, não possuem um sexo masculino ou feminino definido, pois isto é uma construção social. E que a escola fica incentivando os alunos a escolherem um gênero e uma forma de família.

Esta expressão – Ideologia de Gênero - é uma estratégia de manipulação da opinião, que está sendo usada por esses grupos ultra moralistas. Considerar as diversidades na escola não é forçar ninguém a escolher uma orientação sexual. A ideia de construção social da sexualidade é uma premissa científica que está sendo usada pelos grupos conservadores e homofóbicos de maneira completamente enganadora. A discussão sobre gênero na escola não pretende acabar com uma estrutura familiar tradicionalmente concebida, e sim apenas permitir que se reconheça a realidade da convivência de diversas formas de famílias, igualmente válidas, que não busquem nada além de uma “comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa” (Lei Maria da Penha, Art. 5o, inciso II).

Por um Plano Estadual de Educação do Paraná de Respeito Universal.

Curitiba, junho de 2015. Assinam:

Marcha Mundial das Mulheres
União Brasileira de Mulheres
Rede de Mulheres Negras
Articulação Brasileira de Lésbicas
APP Sindicato
CUT Paraná
Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico Racial do Paraná

Fórum Popular de Mulheres
Grupo Dignidade
Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual
Espaço Paranaense da Diversidade LGBT
Articulação por uma Educação do Campo
Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
Liga Brasileira de Lésbicas

ACNAP
Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros – Universidade Estadual de Maringá
Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros – Curitiba
NASA - Núcleo Ação Solidária à Aids - Foz do Iguaçu
Mães pela Diversidade LGBT